



## COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

### ACTA NÚMERO 41/XI/ 1.ª SL

Aos 23 dias do mês de Junho de 2010, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 11 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

*10:00*

*1. Informações;*

*2. Discussão e votação do Requerimento do CDS/PP para audição da Ministra da Saúde sobre as urgências pediátricas do Hospital de S. Bernardo, em Setúbal;*

*3. Discussão do Projecto de Resolução nº. 112/XI/1ª. (PCP), que " Recomenda ao Governo que considere a Construção de um novo Hospital da Madeira como " Projecto de Interesse Comum";*

*4. Outros Assuntos.*

*11:00*

*Audiência da ANF - Associação Nacional de Farmácias.*

O Presidente iniciou a reunião esclarecendo algumas dúvidas sobre a visita de trabalho ao Algarve. Deu conta ainda de alguns convites endereçados à Comissão e pediu aos Vice-Presidentes e a outros Deputados que representassem a Comissão nesses eventos.

Informou ter recebido do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida uma "Declaração interpretativa relativamente às implicações da entrada em vigor da Lei nº 9/2010, de 31 de Maio, no acesso às técnicas de PMA", na qual, em conclusão, se afirma que "*por força do estatuído no artigo 4º da Lei nº 32/2006, de 26 de Julho, não obstante o disposto na Lei nº 9/2010, de 31 de Maio, actualmente o acesso às técnicas de PMA continua legalmente vedado às pessoas do mesmo sexo casadas entre si, proibição que se manterá se não for produzida, pela forma constitucionalmente prevista*".

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos lembrou que a Comissão já recebeu o Conselho da PMA, que nessa altura entregou um relatório que referia essa

declaração interpretativa. Num futuro próximo poderá ser feita a discussão sobre o assunto, mas com base na infertilidade de pessoas sós.

O Presidente informou que o P JL 316/XI/1ª, do BE, que veio substituir o P JL 207/XI/1ª(BE), anteriormente retirado, vai ser distribuído ao Deputado Rui Prudêncio, que foi também Relator daquela iniciativa.

Entrando na discussão do ponto número dois da Ordem do Dia, sobre o requerimento do CDS/PP a pedir a vinda da Ministra da Saúde para esclarecer se as urgências pediátricas do Hospital de São Bernardo em Setúbal vão fechar no período nocturno, a Deputada Teresa Caeiro lamentou que essa discussão tenha sido inviabilizada por um Grupo Parlamentar na última reunião. Na altura a discussão fazia sentido, mas agora já não porque a Ministra veio dizer que não se confirmava essa realidade. Assim, esclareceu que não vai submeter o requerimento à votação.

A Deputada Clara Carneiro considerou que seria importante que a Ministra explicasse a trapalhada que tem ocorrido no distrito de Setúbal. O SNS só se vai manter se se fizer uma reorganização do SNS, mas em conjunto com os profissionais envolvidos.

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos disse que não foi o PS que manifestou indisponibilidade para discutir o requerimento, e assinalou que o assunto das urgências já está resolvido. Concorde com a reestruturação e reorganização do SNS e lembrou que a requalificação dos serviços se iniciou com o Governo PS em 2005 e que tem havido bons resultados, embora outros não sejam tão bons.

A Deputada Paula Santos salientou que o problema em assegurar as urgências no Hospital de São Bernardo não é de hoje, mas certamente haverá oportunidade de colocar essas questões à Ministra da Saúde no próximo dia 30.

O Deputado João Semedo informou que foi o GP do PSD que inviabilizou a discussão do requerimento.

De seguida, passou-se à discussão do *Projecto de Resolução nº. 112/XI/1ª. (PCP)*, que " *Recomenda ao Governo que considere a Construção de um novo Hospital da Madeira como " Projecto de Interesse Comum"*

O Deputado Bernardino Soares justificou a apresentação do Projecto de Resolução tendo em conta as actuais condições físicas de funcionamento do actual Centro Hospitalar do Funchal. Ao considerar a construção de um novo hospital como um "projecto de interesse comum", com relevância nacional, o esforço financeiro dispendido seria repartido, implicando portanto uma negociação entre o Governo Regional da Madeira (RAM) e o Governo da República.

O Deputado Correia de Jesus congratulou-se com a iniciativa do PCP, que é relevadora do seu interesse pelos assuntos da RAM. Lembrou que o hospital já foi

protocolado durante o Governo do Dr. Durão Barroso como sendo um hospital de interesse comum e as negociações têm prosseguido desde então. O Governo Regional continua interessado em que o hospital seja considerado de interesse comum, mas como o projecto está a ser reestruturado, a sua candidatura tem sofrido algum atraso.

O Deputado Luís Miguel França disse concordar com a proposta do PCP no campo dos princípios e que no programa do PS já consta a inclusão do novo hospital como de interesse comum, mas a prioridade agora é a reconstrução das zonas afectadas pelo temporal na RAM. Lembrou que não há qualquer entrave de ambas as partes em considerar o projecto de interesse comum, mas só quando todo o processo estiver concluído é que o Governo da RAM apresentará a sua candidatura.

O Deputado José Manuel Rodrigues lembrou que o PJR do PCP esbarra com a própria legislação aprovada na AR que regulamentou os projectos de interesse comum, e agora só o Governo da RAM pode apresentar a candidatura do hospital, e não o faz invocando que o projecto não está ainda concluído.

O Deputado Bernardino Soares disse que o PCP respeita as autonomias regionais e sabe que tem de ser o Governo Regional a apresentar a candidatura. Percebe e concorda que hajam outras prioridades decorrentes do temporal, mas discorda que não avancem os projectos que já antes eram necessários. Se existe concordância do PS e do PSD em que o novo hospital do Funchal seja considerado de interesse comum, considerou ser mau sinal haver consenso pela negativa para abdicar de projectos importantes, debaixo do acordo entre os dois Governos para a reconstrução das zonas afectadas, porque se o novo hospital era prioritário antes, não deixou de o ser após o temporal.

O Governo da RAM não apresenta a candidatura do hospital a projecto de interesse comum, mas se o PJR for aprovado é um grande contributo para as populações da Região Autónoma da Madeira.

Assim, finda a discussão o Projecto de Resolução nº 112/XI/1ª será remetido ao PAR para votação em Plenário, conforme dispõe o artigo 128º do Regimento.

#### *Audiência da Associação Nacional de Farmácias (ANF)*

*(a audiência foi integralmente gravada)*

A Delegação da ANF era composta pelo Presidente, Dr. João Cordeiro, Vice-Presidente, Drª Maria da Luz, Secretário-Geral, Dr. Paulo Duarte, e outros membros da Direcção, Dr. João Silveira e Drª Margarida Maldonado.

O Dr. João Cordeiro fez uma exposição abordando questões relacionadas com a situação económica e financeira das farmácias, a evolução do mercado de

medicamentos e os programas profissionais das farmácias, complementando a informação com uma apresentação em *power point*.

Usaram da palavra para pedir esclarecimentos, os Deputados, Clara Carneiro, Rui Prudêncio, Teresa Caeiro, João Semedo e Bernardino Soares.

O Dr. João Cordeiro respondeu às questões colocadas, tendo sido complementadas por outros membros da ANF.

A reunião foi encerrada às 13:50 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 Junho 2010.

**O PRESIDENTE**

**(COUTO DOS SANTOS)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bernardino Soares  
Carla Barros  
Clara Carneiro  
Conceição Casa Nova  
Couto dos Santos  
Defensor Moura  
Fernando Jesus  
Isabel Galriça Neto  
João Semedo  
Luísa Salgueiro  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Maria Helena Rebelo  
Maria José Nogueira Pinto  
Maria Luísa Santos  
Ricardo Gonçalves  
Rui Prudêncio  
Teresa Caeiro  
Teresa Fernandes  
Jorge Manuel Gonçalves  
Luís Menezes  
Luís Miguel França  
Paula Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro  
Rosário Águas

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Maria das Mercês Borges